

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO nº 01/2012

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi realizada vistoria no núcleo histórico da cidade de Campanha nos dias 23 e 24 de março de 2011, pelas analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a historiadora Karol Ramos Medes Guimarães.

Segundo informações prestadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Campanha há intenção do proprietário em demolir imóvel inventariado denominado “Casa de Maria Martins”, localizado no entorno da Praça Dom Ferrão, bem tombado pelo município, objetivando a construção de nova edificação.

Este laudo técnico tem como objetivo verificar a existência de valor cultural do bem em questão.

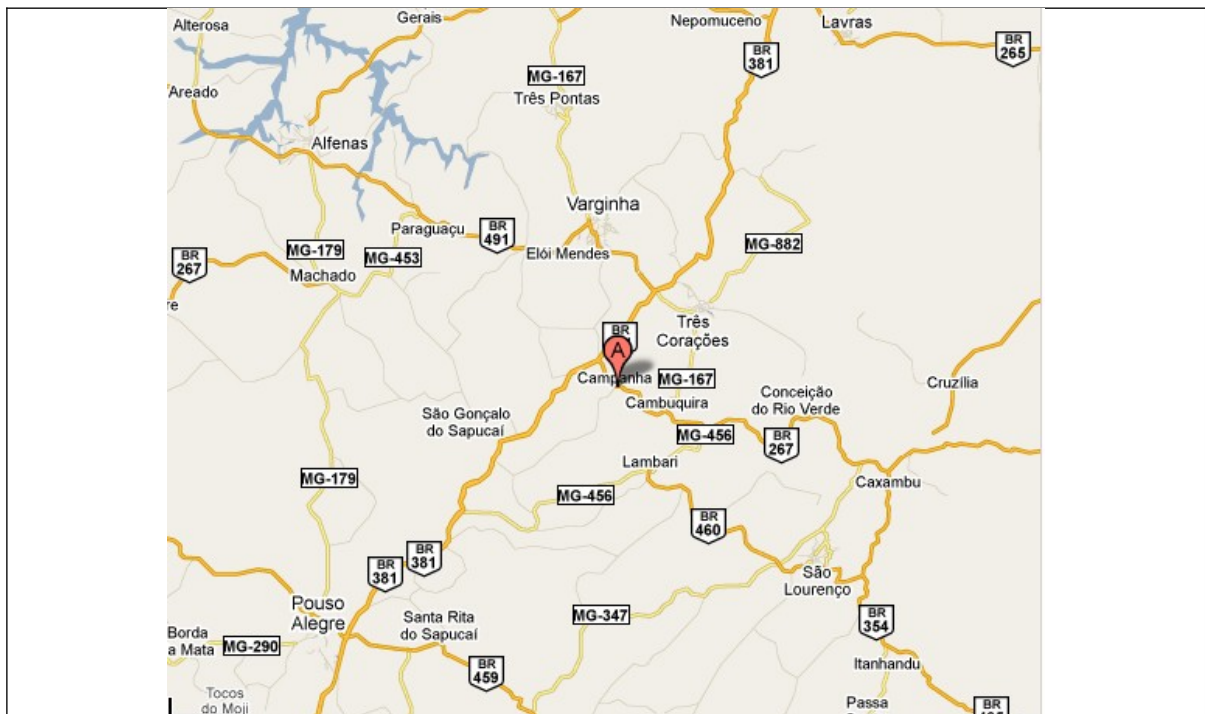


Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Campanha (indicado por elemento na cor vermelho). Fonte: *GoogleMaps*. Acesso em: outubro de 2010.

2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção no bem cultural com registro fotográfico, consulta a Dossiês de Tombamento de bens do município de Campanha, Plano de Inventário do município de Campanha, entrevista

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

com a sra Flávia Tegon, turismóloga responsável pelo setor de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

3 - HISTÓRICO

Em 1710, o primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, criou o Distrito das Minas. Em 1714 seria assinado o termo de repartição das três primeiras comarcas de Minas: Rio das Mortes (São João del-Rey), Vila Rica (Ouro Preto) e Rio das Velhas (Sabará).

De acordo com Costa¹, nos primórdios do século XVIII, a ampliação do quadro da ocupação humana regional e da expansão dos seus habitantes deu ensejo à formação de novas povoações e ao crescimento de alguns antigos povoados ou arraiais que foram, então, elevados à categoria de vilas, entre 1760 e 1831.

O início do povoamento da localidade estudada é descrito por Francisco de Paula Rezende², autor de importantes páginas sobre Campanha, informando, em sua obra, que teve conhecimento de uma carta que relatava a chegada de dois negros fugitivos da cadeia de Ouro Preto que teriam chegado onde hoje esta situada a cidade de Campanha. De acordo com a pesquisa de Rezende:

“Eu não posso precisar bem a época em que se deram os fatos que vou narrar, mas, segundo dados prováveis, creio poder asseverar que eles tiveram lugar entre as eras de 1710 e 1720. Foi pouco mais ou menos neste período que, escapados das prisões de Vila Rica, dois sentenciados, um que se apelidava Montanhez e outro cujo nome não me lembro, atravessaram os sertões inabitados, que se estendiam ao S.D. de Vila Rica, e viajando por muitos dias, depararam com um quilombo composto de dois pretos, situado na latitude austral de 21° 16’ e 2° 15’ de longitude do meridiano do Rio de Janeiro.

(...) Assim isolados sentiram a necessidade de comunicações, e neste intuito trataram de explorar os arredores... foram por picada até encontrar um fazenda estabelecida na margem esquerda do Rio Verde.... casaram-se com filhas do tal fazendeiro, o qual a convite de seus genros foi estabelecer-se no quilombo, talvez levado pela abundância de ouro que prometia o terreno...São estes os primeiros habitantes do lugar onde é hoje a cidade da Campanha, que rapidamente povoou-se pela afluência de mineiros quer da capitania de Minas, quer da de São Paulo.”

Até meados do século XVIII, a região compreendida entre os rios Verde e Sapucaí, onde está assentada a atual cidade de Campanha, era conhecida pela vaga denominação de Minas do Rio Verde. A localização de Minas do Rio Verde nas proximidades das fronteiras do Rio de Janeiro e de São Paulo fazia da região uma das principais rotas de escoamento de

¹ COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

² REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 42.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

mercadorias e contrabando de ouro para outras Capitânias. Em virtude de interesses econômicos de seus habitantes ou por outros motivos, a região só foi oficialmente conhecida em 2 de outubro de 1737.

No século XVIII, informações vindas de Mariana davam conta de que havia gente explorando ouro na região do vale do Rio Verde, o que forçou a abertura de um caminho ligando as minas do Rio Verde à cidade de São João del-Rey, por iniciativa do ouvidor desta última, Cipriano José da Rocha. De acordo com as pesquisas de Waldemar de Almeida Barbosa³:

“Em (...) 1737, o Ouvidor (...) Cipriano José da Rocha, diante das notícias das Minas do Rio Verde (...) que estavam sendo exploradas clandestinamente. Fez abrir um caminho, a partir de São João, e convidou quem quisesse a acompanhá-lo (...) Assim, muitas outras pessoas o acompanharam (...) Na carta em que expôs a diligência (...) de dezembro de 1737 (...) informava que fundara ‘um arraial em forma de vila, a que se deu o nome de São Cipriano (...) na sua informação final, deixou claro que o arraial ia crescendo (...)”.

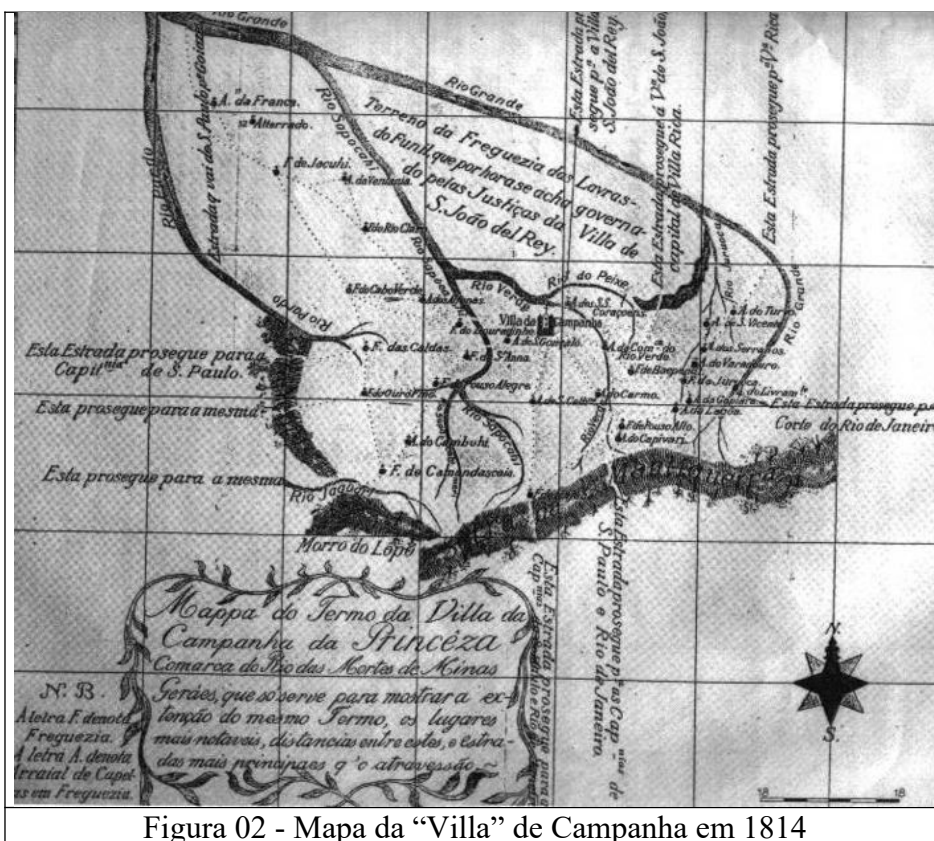


Figura 02 - Mapa da “Villa” de Campanha em 1814

³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte-Rio de Janeiro, Editora Itatiaia: 1995.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ao arraial ali fundado, foi dado o nome de São Cipriano, possuindo *“praças e ruas em boa ordem e muito boas casas e ficava-se entendido em fazer igreja”*, nos dizeres de carta daquele ouvidor e que foram reproduzidos por Waldemar Barbosa.

A povoação de São Cipriano, que o Ouvidor-Mor fundou logo à sua chegada ao território de minas, prosperou rapidamente graças às riquezas de suas jazidas auríferas, sendo elevada à Paróquia em 1739, tendo sido o padre Antônio Mendes o seu primeiro vigário. Em 1752, por Ordem Régia, foi criado o distrito de Santo Antônio do Vale da Campanha do Rio Verde. Entre 1737 e 1742, a Igreja Matriz de Santo Antônio foi construída, nela se despendendo nove mil oitavas de ouro, pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. A primeira Igreja Matriz situava-se na parte central da colina, depois denominada Largo da Matriz, local onde hoje está situado o jardim das roseiras na Praça Dom Ferrão, em frente à Casa Paroquial. Segundo relatos, tratava-se de uma grande construção, pois comportava mais de 100 sepulturas em seu interior.

Conforme relatos históricos, durou relativamente pouco a primeira Matriz, pois se encontrava em péssimo estado de conservação. Em 1785, surgiu a idéia da construção de um novo templo. O local escolhido foi um pouco acima de onde existia a antiga Matriz. Sendo a pedra fundamental do novo templo lançada em 21 de janeiro de 1787, em solenidade presidida pelo pároco local Pe. Bernardo da Silva Lobo, com assistência de grande número de fiéis e membros das irmandades. A benção da nova Matriz se deu em 1827, sendo esta edificada em taipa. Em 1925 foi modificada a sua fachada, descaracterizando-a completamente e dando assim novo aspecto à fachada e torres.

Segundo informações do Monsenhor José do Patrocínio Lefort⁴, Campanha teria pertencido ao bispado do Rio de Janeiro, antes da criação do bispado mineiro (Mariana, em 1745). A região foi alvo de disputa entre a vara de Guarantiguetá, por determinação do bispado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

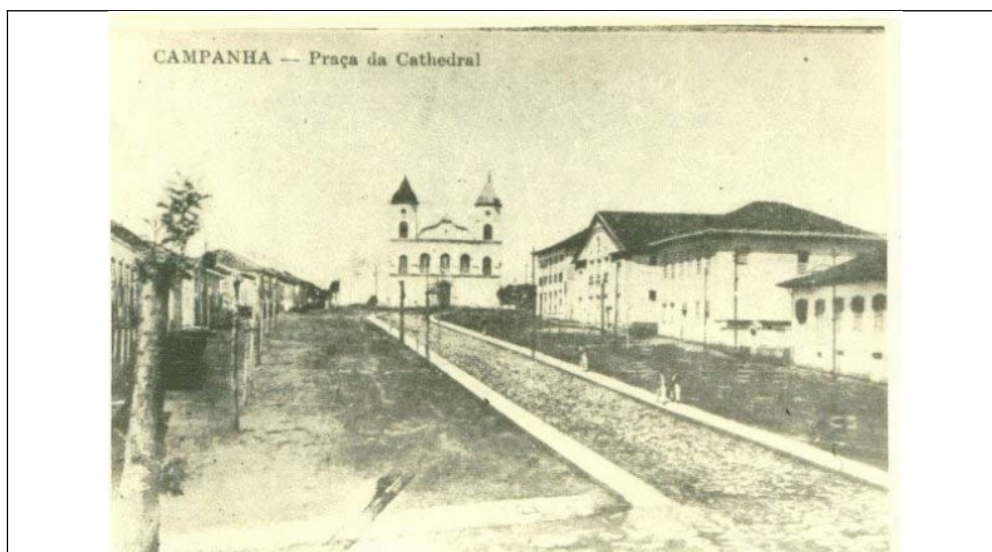


Figura 03 – Foto da Praça da Matriz, atualmente denominada de Praça Dom

⁴ LEFORT, Mons. José do Patrocínio. Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha (1944-1948). Campanha: Imprimatur, 1945.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ferrão. Integrante do acervo fotográfico Paulino Araújo.

O desenvolvimento e crescimento do arraial fizeram com que moradores influentes solicitassem a criação da Vila da Campanha. Dentre os vários argumentos apresentados alguns merecem destaque como, por exemplo, a distancia de 35 léguas da Vila de São João Del Rei, as grandes custas pagas aos oficiais de justiça da Comarca do Rio das Mortes, o aumento da população de Campanha (8.000 mil habitantes) e a necessidade de implementação de obras públicas (pontes, chafarizes, calçamento de ruas e abertura de estradas.).

A condição de vila foi elevada, por motivação da população local, em 20 de setembro de 1798, por alvará régio, com a nova denominação de Vila da Campanha da Princesa da Beira.



Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

De acordo com os relatos dos viajantes Spix e Martius⁵ a Vila da Campanha ou, também conhecida como Vila da Princesa da Beira⁶, ficava:

“(...) quatro léguas a noroeste de São Gonçalo, está situada sobre alto outeiro, e é, depois da Vila de São João D’El-Rei, a mais importante e populosa da Comarca do Rio das Mortes. As minas de ouro, que, em parte só há poucos anos, foram abertas na vizinhança, incluem-se entre as mais ricas das atualmente exploradas, e deram grande opulência aos habitantes, entre os quais travamos relações com o capitão-mor, um compatricio nosso, irmão do Sr. Stockler, Governador das Ilhas dos Açores. Aqui vimos diversas e bonitas casas de dois pavimentos, providas de janelas envidraçadas, um dos mais custosos artigos do interior do Brasil.”(Grifos nossos)

⁵ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Editora Itatiaia, Belo Horizonte; Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 185. Os relatos dos viajantes Spix (Zoólogo) e Martius (Botânico) possui uma grande contribuição para a pesquisa histórica, sendo uma obra rica não apenas pelo inventário científico da Natureza local, mas sobre tudo pelo ricos detalhes sobre o homem da época e sua complexa atividade social, econômica, cultural e política.

⁶ Nome dado em homenagem à Princesa da Beira, futura rainha de Portugal, Carlota Joaquina.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

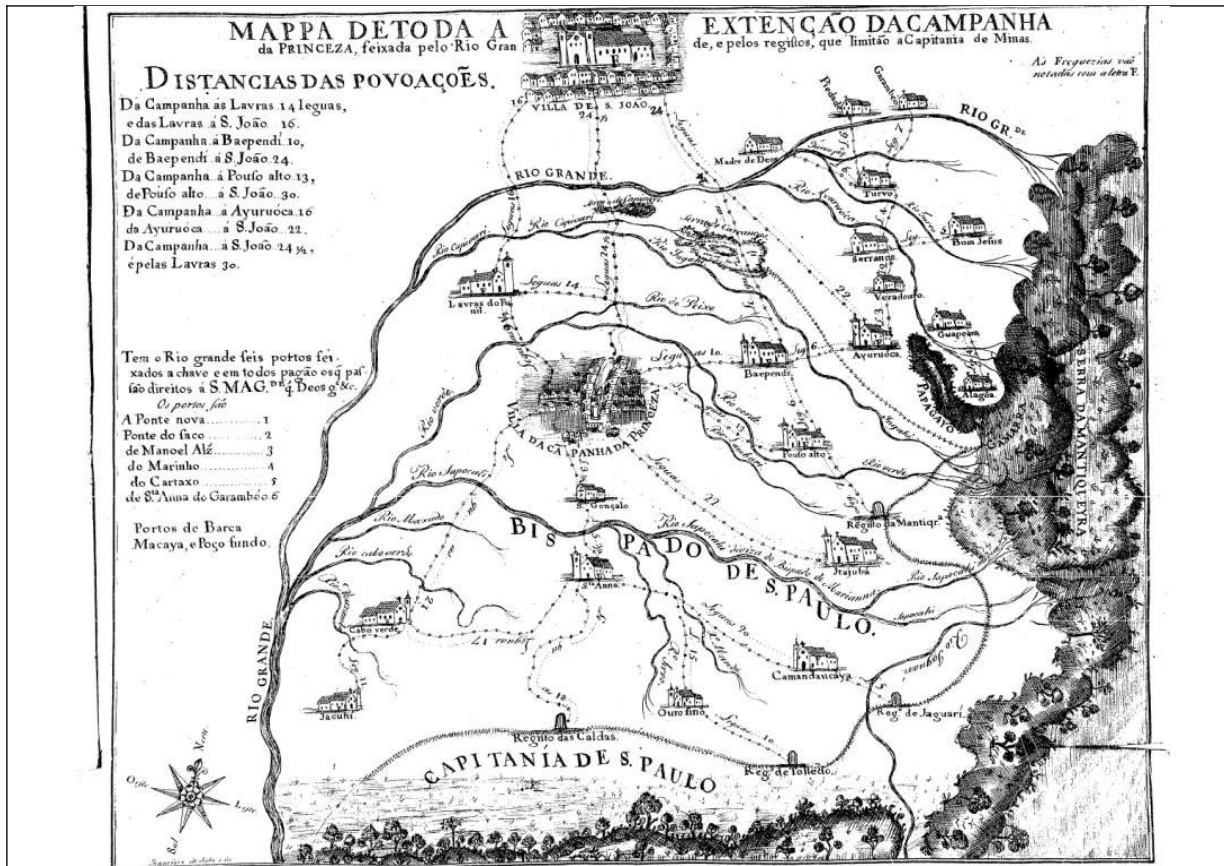


Figura 05 – contendo a imagem do mapa com as distâncias das povoações em relação à Campanha da Princesa. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campanha.

De acordo com levantamento da pesquisa de Paiva, o relatório fiscal da província para o ano de 1836, Campanha possuía o maior número de pequenos comércios (471 vendas) e ocupava o sexto lugar dentre os municípios voltados para a atividade açucareira (84 engenhos). O número de habitantes da Vila e seu termo em 1831 correspondia a aproximadamente 35.000 pessoas, 8% da população total da província⁷.

⁷ PAIVA, Clotilde Andrade e KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha 1831. “São Paulo, Estudos Econômicos, 22(1), jan/abr. 1992. pp. 133-34. Dados baseados em estimativas do censo de 1831 publicado por MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v. II, . pp.. 45-50.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 06 – Foto antiga da cidade de Campanha.

Em face da importância histórica e política da Vila da Campanha da Princesa na região do Sul de Minas Gerais, o Presidente de Província, Bernardo Jacinto da Veiga, decidiu elevá-la à categoria de Cidade da Campanha, através da Lei n.º 163, de 9 de março de 1840 e sua denominação simplificada para Campanha⁸.

Ao longo do século XIX Campanha sofreu perdas territoriais e decadência econômica (em razão da queda da extração aurífera), porém esta cidade não abdicou de sua posição privilegiada na política e memória regional, tendo sido um dos principais núcleos irradiadores das idéias separatistas sul-mineiras. A cidade teve representantes políticos influentes durante todo o período imperial e o início da República.

⁸ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 07 – Foto da Praça da Matriz, atualmente denominada de Praça Dom Ferrão. Integrante do acervo fotográfico Paulino Araújo.

A vida política intensa em Campanha levou à idéia de Separação do Sul de Minas. Ao longo do Império haviam sido propostos na Câmara de Deputados três projetos de desmembramento políticos da região: 1863, 1868 e 1883. Havia jornais locais, todos publicados em Campanha, que pregavam a separação, como Nova Província (1854-1855), O Sul de Minas (1859-1863) e o Monitor Sul Mineiro, que teve início em 1872 e manteve-se até a primeira década do século XX.

Campanha era uma das vilas privilegiadas e a única no Sul de Minas para onde afluíram estudantes de diversas regiões. Foi a única cidade mineira além de Ouro Preto a possuir uma Escola Normal (1877). O colégio Nossa Senhora de Sion da Campanha foi fundado em 05 de Outubro de 1904 por religiosas de origem francesa, provenientes de Petrópolis, para se dedicarem à educação feminina, sob a direção da superiora Mère Dieudonné.

A filosofia educacional do colégio visava à construção total e profunda da pessoa humana. Exerceram essa missão até 1965, as irmãs de Sion empenharam-se na fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora do Sion (FAFI – Sion) juntamente com lideranças locais. As irmãs participaram como professoras e membros da entidade fundacional.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 08 e 09 – Foto antiga do Colégio Nossa Senhora de Sion.

No percurso de sua história o município recebeu os seguintes visitantes ilustres: Bárbara Heliadora, Princesa Isabel, Conde D'Eu, Euclides da Cunha, Manuel Bandeira, Sílvio Romero, José do Patrocínio, Pedro Ernesto Baptista, bem como a artista surrealista Maria Martins e o jurisconsulto, que escreveu um tratado sobre a legislação escravista, Agostinho Marques Perdigão Malheiro.

A passagem desses por Campanha marcou a história da cidade, mas a cidade também os marcou, pois algumas dessas personalidades fixaram moradias (casarões e templos) com intuito de permanecer na região por um tempo considerado.

Bárbara Heliadora era casada com o Inconfidente Alvarenga Peixoto. Em virtude de seu casamento com Alvarenga, e sua instantânea participação no movimento Inconfidente, Bárbara ganhou o título de "Heróina da Inconfidência Mineira". Alguns anos depois, com a descoberta do movimento, Alvarenga Peixoto foi preso, sentenciado e declarado infame pela Coroa Portuguesa. Seus bens foram confiscados e ele foi degredado para África, onde viera a falecer. A partir de então, Bárbara viria a morar com seus filhos e sua irmã. A poetisa viveu entre a Vila de Campanha da Princesa e a de São Gonçalo do Sapucaí.



Figuras 10 e 11 – Imagem contendo a casa em que residiu Bárbara Eliodora. A casa foi construída no século XVIII e Bárbara Eliodora e seus filhos hospedavam-se quando em viagens à Campanha. Placa em homenagem à Bárbara Eliodora – “Nesta Casa residiu por vários anos Bárbara Eliodora, a heroína da Inconfidência Mineira. Placa comemorativa do 150º aniversário de sua morte, 24-5-1819 – 24-9-1963.”

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 12 e 13– Imagem do imóvel onde atualmente funciona o Museu regional do Sul de Minas. O referido imóvel já hospedou a Princesa Isabel e o Conde D’Eu em sua passagem por Campanha. Placa em homenagem ao evento – “Nesta casa hospedaram-se suas Excelências a Princesa Isabel e o Conde D’Eu nos dias 19- 20 – 21 de outubro de 1868. Homenagem dos Irmãos do Sagrado Coração.”



Figura 14 e 15 – Imagem de **Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha**. Nasceu em Cantagalo (RJ), no dia 20 de janeiro de 1866. Foi escritor, professor, sociólogo, repórter jornalístico e engenheiro, tendo se tornado famoso internacionalmente por sua obra-prima, “Os Sertões”, que retrata a Guerra dos Canudos. Em 1894, Euclides da Cunha chegou em Campanha, por determinação do Marechal Floriano Peixoto, então na Presidência da República. Veio para dirigir, como engenheiro militar, as obras de adaptação no prédio da Santa Casa da Misericórdia local para abrigar o recém criado oitavo batalhão de Cavalaria. Imagem contendo a imagem da casa onde residiu Euclides da Cunha.

O cientista Vital Brasil, descobridor do soro antiofídico e fundador do Instituto Butantã, é mineiro de Campanha. Nasceu no dia 28 de abril de 1865. Formou em medicina no Rio de Janeiro e dedicou-se à profissão e à pesquisa. Como médico, cientista e vulto de projeção mundial teve seu nome inscrito no livro de Mérito Nacional. Atualmente, na casa onde nasceu Vital Brasil funciona um Museu. A casa foi construída em 1830 em estilo colonial. Além do Museu em Campanha, o Instituto Butantã e o Instituto Vital Brasil (em Niterói) são lugares de memória que remetem não somente à pessoa de Vital Brasil, mas também aos trabalhos prestados a favor da pesquisa médica.

Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



3.1 – Maria Martins

Maria de Lourdes Alves Martins - ou Maria Martins – nasceu com o século XX em Campanha. Era filha de João Luís Alves, Senador, Ministro da Justiça da Velha República e membro da Academia Brasileira de Letras, e Fernandina de Faria Alves, sendo avós paternos João Luís Alves e Bárbara Luísa Barbosa Alves e avós maternos Fernando Antônio de Faria e Maria Vitória Pereira de Faria. Estudou em Petrópolis no Colégio Sion, para onde iam as moças de boa família.

Foi uma escultora, desenhista, gravurista, pintora, escritora e musicista brasileira.

Casou-se, a primeira vez com o historiador Otávio Tarquínio de Sousa, de quem se separou, casando a segunda vez com o diplomata Carlos Martins Pereira e viveu a maior parte da sua vida no exterior, acompanhando a carreira do marido.

Inicialmente, interessou-se pela música. Depois, estudou pintura em Paris; mas, aos trinta anos, se interessou pela escultura. Ainda na França, começou a trabalhar a madeira e, no Japão, aprendeu a modelar terracota, mármore e cera perdida. Em 1939 realizou estudos de escultura com Oscar Jesper em Bruxelas, passando a utilizar o bronze, que tornou, daí em diante, a ser o principal suporte à sua obra.

No Brasil, sua presença maior se deu na Bienal de São Paulo, da qual participou desde o primeiro evento, em 1951. Na Bienal de 1955, chegou o reconhecimento, ao ser premiada com o título de melhor escultora nacional, com a obra “A soma dos nossos dias”.

Contudo, foi no exterior que se destacou. Em 1941 teve sua primeira mostra em Washington, e, no mesmo ano, expôs em Paris e no Rio de Janeiro. Fixou seu ateliê em Nova Iorque e foi destaque na Corcoran Gallery of Art, em Washington, sendo que um dos trabalhos expostos foi adquirido pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.

Estava aberto o caminho. Nomes influentes passaram a se interessar por ela e, em breve, suas esculturas começaram a fazer parte do acervo de importantes colecionadores, como Max Jimenez, da Costa Rica, Federico Cantu, do México e Mário Carreño, de Cuba.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

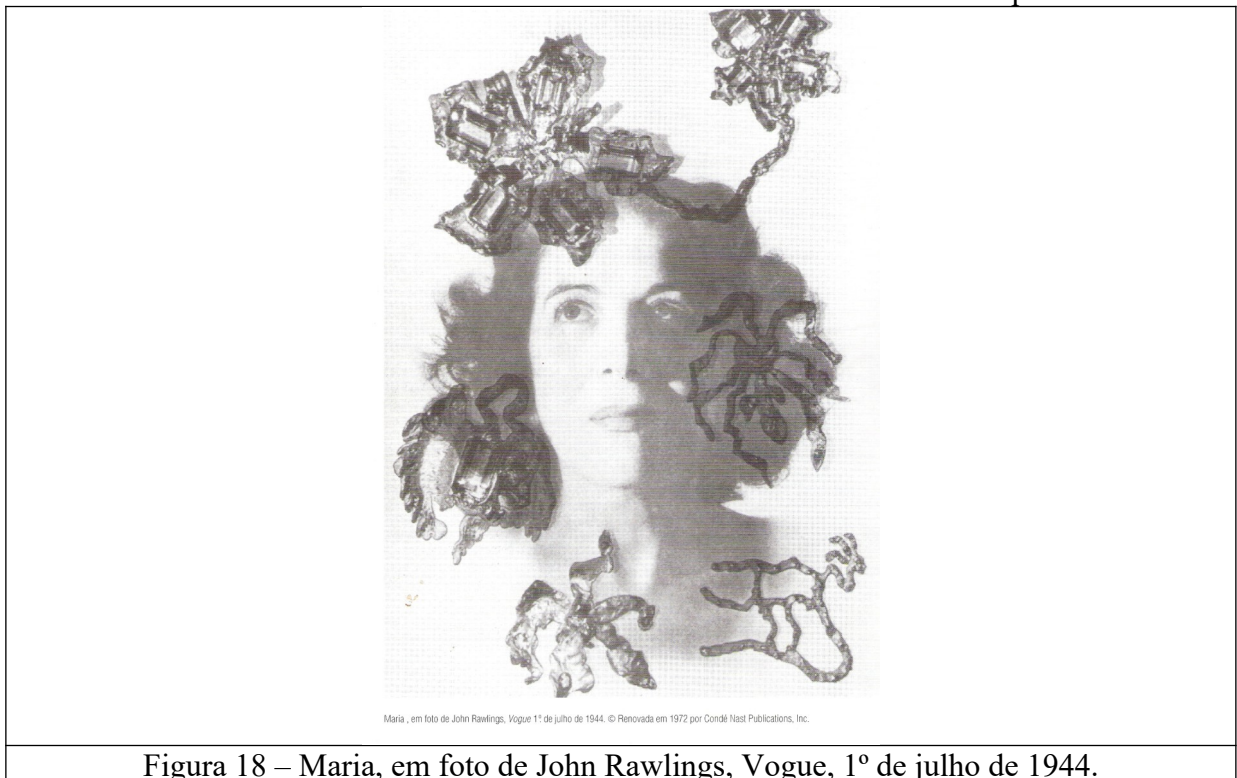
Em 1968, numa entrevista dada a Clarice Lispector, declarou: "Um dia me deu vontade de talhar madeira e saiu um objeto que eu amei. E depois desse dia me entreguei de corpo e alma à escultura. Primeiro, em terracota, depois mármore, depois cera perdida que não tem limitações". Suas esculturas apresentam formas orgânicas, contorcidas, sensuais, que evocam culturas arcaicas, inspiradas em lendas e na natureza amazônica, com o que atraíram a atenção de surrealistas como André Breton, o autor do Manifesto surrealista, que escreve apresentação de exposição e convida a mineira a integrar-se ao grupo, Max Ernst, Roberto Matta, Yves Tanguy, Chagall, entre outros. Marcel Duchamp lhe dedicou duas obras, como testemunho do impacto da beleza e da sensibilidade vibrante da artista.

Artista influenciada pelo surrealismo, as suas obras foram reconhecidas internacionalmente, possuindo obras na seção de Arte Moderna do Museu de Arte da Filadélfia e também no Museu Metropolitano de Nova Iorque (MoMa), Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), Paço das Artes da USP; também encontram-se trabalhos no Rio de Janeiro, Palácio do Planalto em Brasília e ainda em países como a França e a Bélgica.

No seu apartamento na praia do Flamengo, verdadeiro museu com obras de Duchamp, Magritte, Matta, Léger, Picasso e suas próprias esculturas, Maria recebia pintores, críticos, colecionadores e todos que interessavam por arte. Foi amante do pintor e escultor franco-estadunidense Marcel Duchamp e de Benito Mussolini, amiga de Picasso e Mondrian, entrevistou Mao Tsé Tung e fez, no início do século XX, coisas que eram impensáveis para uma mulher.

Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de março de 1973 e seu corpo foi velado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que ajudou a construir.

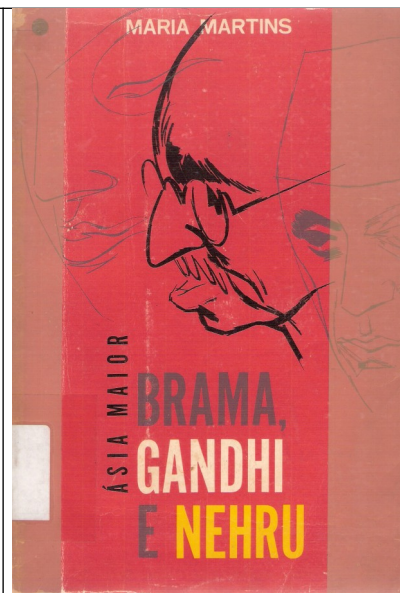
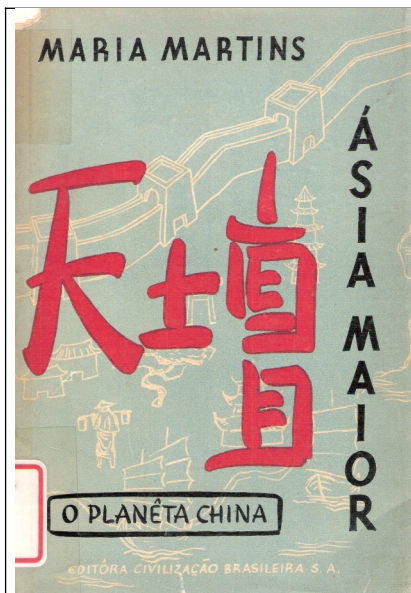
Fonte: Biografia escrita por Jean Boghici em 1995. Serie Olharte Maria Martins – Museu de Arte Contemporânea da USP.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 19 – Da esquerda para a direita Kay Sage, Yves Tanguy, Maria Martins e Marcel Duchamp. Em baixo Lílian e Frederick Kiesler em Woodbury, Connecticut. Foto Philadelphia Museum of Art.



Figuras 20 e 21 – Capas de livros de Maria Martins.

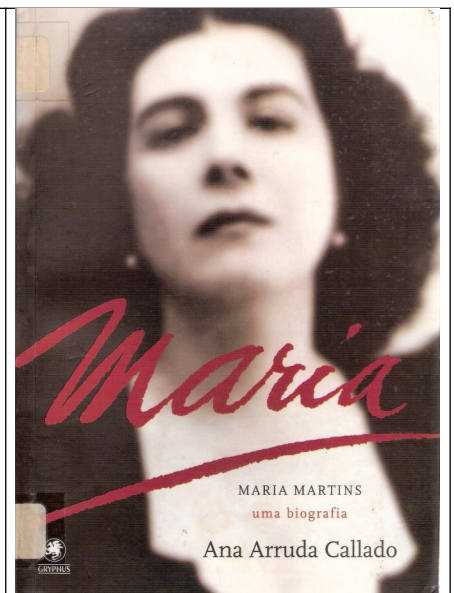


Figura 22 – Biografia de Maria Martins por Ana Arruda Callado.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

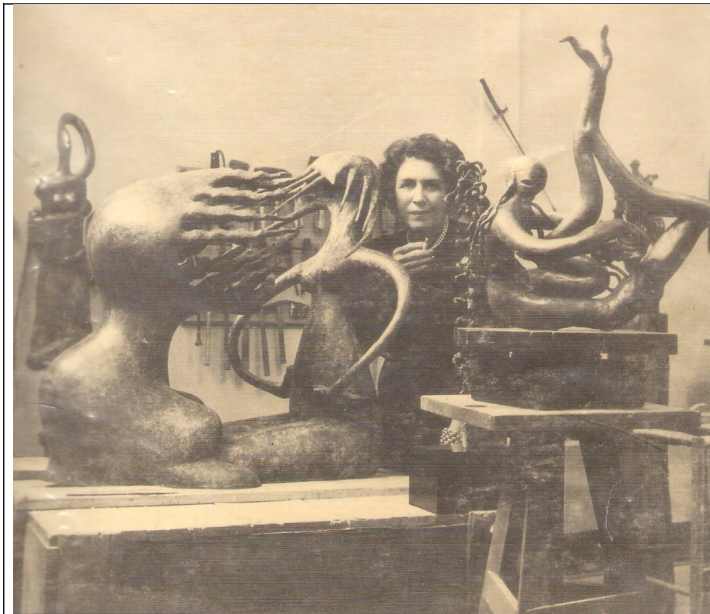


Figura 23 – Obras de Maria Martins na Galeria Jean Boghici

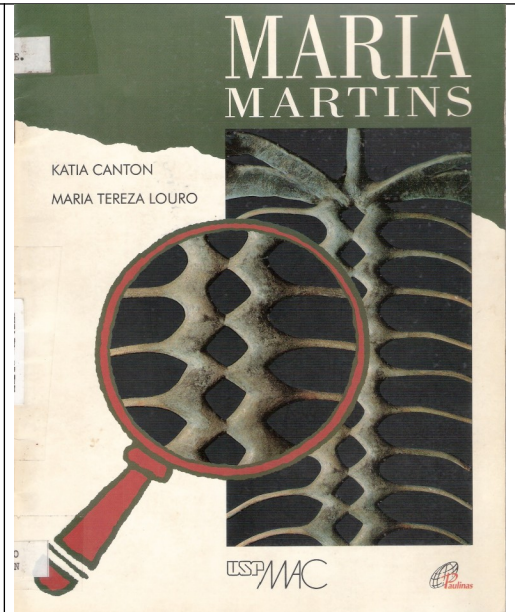


Figura 24 – Capa de Publicação Maria Martins da Série Olharte, concebida pelo Museu de Arte Contemporânea de São Paulo que também obras de Picasso, Tarsila e Goeldi.



Algumas obras da artista, acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo

Figura 25 - A soma de Nossos dias 1654/1955. Sermolite e estanho.

Figura 26 - Sem Título, 1953, em bronze.

Figura 27 - O implacável, 1947, em bronze patinado.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

4 – ANÁLISE TÉCNICA

Mediante análise do Plano de Inventário, verificamos que o Setor Urbano 1, onde se localiza o imóvel em questão, caracteriza-se como ocupação inicial do município e corresponde ao centro da cidade. Mostra-se como a principal área em relevância histórica e estilística dentro do núcleo urbano municipal, pois apresenta a maior concentração de bens culturais móveis, imóveis, arquivísticos e intangíveis. Trata-se da célula inicial da ocupação urbana e seu inventário foi feito em prioridade devido à existência de risco de descaracterização da originalidade dos seus bens culturais, não podendo se perder os inestimáveis valores históricos, estilísticos e também morfológicos existentes na área. Sendo assim, o inventário foi feito de forma prioritária, buscando traçar ações que visassem a imediata identificação e proteção deste patrimônio cultural.

O núcleo histórico de Campanha apresenta edificações do período colonial, neoclássico, eclético, neocolonial, modernista. É um local de repertório arquitetônico diversificado onde é possível a leitura de várias camadas históricas. A volumetria predominante é de edificações térreas ou de dois pavimentos, muitas delas implantadas no alinhamento da via.

Há muito poucos exemplares que extrapolam a altimetria dominante. Apesar da heterogeneidade da arquitetura, há convivência harmônica entre os estilos, não havendo prejuízo à leitura do núcleo histórico. Há alguns lotes vagos no interior do núcleo histórico.

A Praça Dom Ferrão, tombada pelo município através do Decreto nº 3049/1999, e a igreja situada em seu entorno são as principais referências da cidade. A Praça é ponto de encontro da população e no seu entorno situam-se vários estabelecimentos comerciais e agências bancárias.

É neste contexto que se localiza a edificação em questão, na Praça Dom Ferrão, nº 171. Trata-se de bem inventariado no ano de 2001, integrante do acervo cultural da cidade de Campanha. Localiza-se no ponto central da cidade, no entorno da praça Dom Ferrão, bem tombado pelo município através do Decreto nº 3049/1999.

Segundo informações constantes na ficha de inventário do imóvel, trata-se de edificação do século XVIII. No século XIX passou a pertencer a João Luiz Alves, pai de Maria Martins, que nasceu nesta casa. No início do século XX o imóvel passou a pertencer à família de Joaquim Dias de Castro, sofrendo intervenções estruturais e estilísticas. Nos meados do século XX a fachada foi modificada principalmente pelas alterações ocorridas nas janelas.

A edificação está implantada em terreno de esquina, no alinhamento das vias. Possui cobertura em várias águas com cumeeiras paralelas às vias. A vedação original em capa e bica da cobertura foi substituída por telhas francesas e há inserção de calhas e condutores, o que descaracteriza a edificação.

Possui embasamento de alvenaria de pedras e tijolos, algumas paredes internas mantêm o sistema construtivo original de pau a pique que foi substituído em parte da edificação por tijolos maciços.

Os vãos foram alterados e parte das esquadrias foi substituída por portas de enrolar metálicas para adaptar a edificação ao uso comercial. Ainda persistem algumas esquadrias no modelo original em madeira e vidro no modelo guilhotina.

Internamente os acabamentos originais eram piso tabuado de madeira e forro no mesmo material, assentado no sistema saia e camisa, segundo a ficha de inventário.

Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Apesar das descaracterizações e alterações sofridas ao longo dos anos, “o imóvel reserva uma característica arquitetônica que identifica as características da época, está em harmonia com o entorno histórico onde se localiza, além de manter seu valor histórico e dos personagens que nela residiram, o que a torna atrativa dentro do núcleo urbano de Campanha”⁹.



Figura 28 - Praça Dom Ferrão, procissão 1948. Imóvel em questão destacado pela seta vermelha.

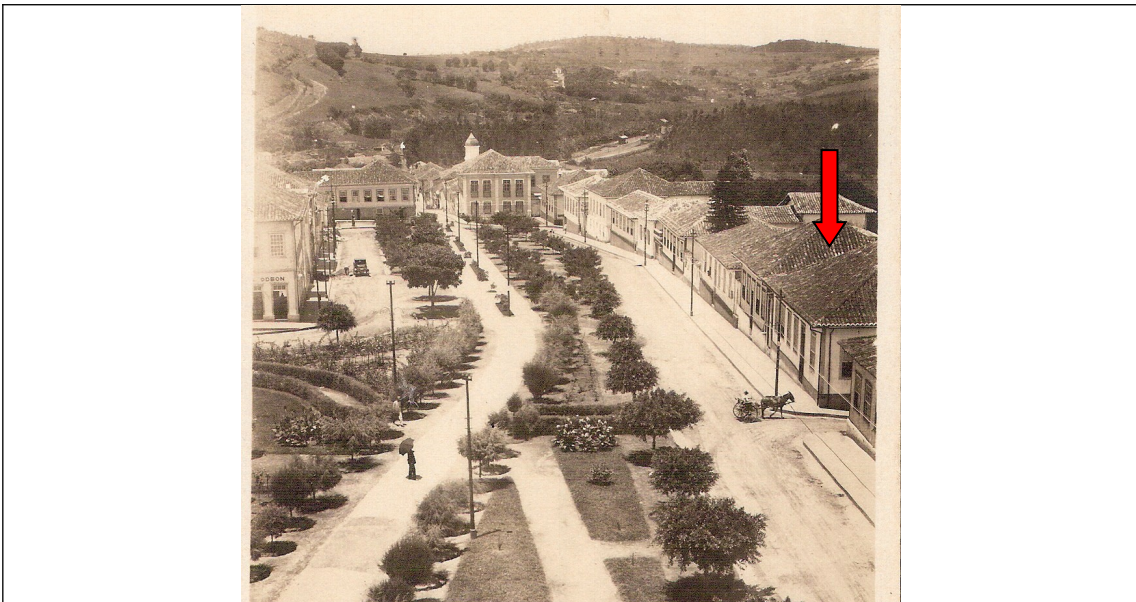


Figura 29 - Praça Dom Ferrão. Imóvel em questão destacado pela seta vermelha.

⁹ Ficha de inventário do imóvel.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Em análise às fotografias enviadas, verifica-se que o bem apresenta algumas patologias. A fachada voltada para a praça encontra-se relativamente íntegra, entretanto, as demais fachadas encontram-se em mau estado de conservação, apresentando descolamento do reboco, manchas de umidade, esquadrias danificadas e peças de madeira faltantes e danificadas no acabamento dos beirais.

Como já dito anteriormente, o bem já sofreu várias descaracterizações nas áreas internas e externas.



Figura 30 - Edificação no contexto urbano



Figura 31 - Fachada principal



Figura 32 - Fachada lateral



Figura 33 - Fachada de fundos

Segundo informações prestadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Campanha há intenção do proprietário em demolir imóvel inventariado em questão, objetivando a construção de nova edificação.

Em análise às imagens encaminhadas contendo perspectiva da nova construção que se pretende edificar, verifica-se que se trata de edificação contendo dois pavimentos e características que remetem ao estilo colonial, contendo varandas frontais e vãos alinhados na fachada lateral. Segundo informações obtidas com membros do Conselho de Patrimônio

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Cultural de Campanha, o uso proposto seria comercial no primeiro pavimento e residencial no segundo.



Figura 34 - Fachada lateral



Figura 35 - Fachada de fundos

5 - FUNDAMENTAÇÃO:

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras. Como dizia o filósofo romano Cícero, “*A história é mestra da vida, luz da verdade e testemunha dos tempos*”. É no passado que se encontra o futuro. É na história que se devem buscar os ensinamentos capazes de construir o futuro.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

Uma cidade como Campanha certamente já vem passando por alterações na sua paisagem urbana, algumas delas necessárias outras não. Elas nos mostram que a cidade é um ser vivo em constante transformação e que segue a dinâmica de seu tempo de sua gente.

Muitas vezes as transformações pelas quais as cidades passam são norteadas por um entendimento equivocado da palavra progresso. Muitas edificações são demolidas, praças são alteradas, ruas são alargadas sem se levar em conta às ligações afetivas da memória desses lugares com a população da cidade, ou seja, sua identidade.

O direito à cidade, à qualidade de vida, não pode estar apenas ligado às necessidades estruturais, mas também às necessidades culturais da coletividade. Assim, a preservação do patrimônio cultural não está envolvida em um saudosismo, muito menos tem a intenção de “congelar” a cidade, ao contrário, esta ação vai no sentido de garantir que a população através de seus símbolos possa continuar ligando o seu passado a seu presente e assim exercer seu direito à memória, à identidade, à cidadania¹⁰.

A identificação e proteção dos bens culturais é um dever de toda a comunidade de Campanha, sendo tal afirmativa confirmada nos seguintes artigos da Lei Orgânica do Município de Campanha:

¹⁰ BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. Texto In: ARANTES, Antônio A. Produzindo o Passado. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Art. 129 – O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, mediante: (...). III – adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação de seu patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Município; (...). V – adoção de medida impeditiva de evasão, destruição e descaracterização de obras de arte, prédios e de outros bens de valor histórico, científico, artístico e cultural.

Art. 131 – O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá seu patrimônio histórico, científico, artístico e cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, ou de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

O patrimônio cultural está cada vez mais ameaçado de destruição não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas pela vida social e econômica que a agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição, ainda mais sensíveis. O desaparecimento ou a degradação do patrimônio cultural constitui no empobrecimento do patrimônio municipal, e conseqüentemente o estadual e federal. **No caso de Campanha é presente esta ameaça, que levou à realização do inventário da área central de maneira prioritária, devido a existência de risco de descaracterização da originalidade dos seus bens culturais.**

Como já dito anteriormente, já houve renovações no núcleo histórico de Campanha e no entorno da Praça Dom Ferrão, onde está localizado o imóvel. Entretanto, apesar da existência de edificações cuja arquitetura destoa do entorno, há convivência harmônica entre os estilos, não havendo prejuízo à leitura do núcleo histórico e do conjunto da Praça Dom Ferrão.

6 - CONCLUSÕES:

Apesar de descaracterizado, o imóvel em questão “reserva uma característica arquitetônica que identifica as características da época, está em harmonia com o entorno histórico onde se localiza, além de manter seu valor histórico e dos personagens que nela residiram, o que a torna atrativa dentro do núcleo urbano de Campanha”¹¹.

A edificação em questão possui valor cultural¹², ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência. Acumula valores afetivo, turístico, histórico (de antiguidade), testemunho e identidade. Mas os principais valores atribuídos ao bem são formais (estético, arquitetônico) por ser integrante do conjunto Paisagístico da Praça Dom Ferrão; e evocativo, pelo fato de ali ter nascido e vivido Maria Martins, famosa artista, conhecida internacionalmente.

¹¹ Ficha de inventário do imóvel.

¹² “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

O município de Campanha reconheceu a sua importância ao realizar o seu inventário no ano de 2001 e ao classificá-lo como de interesse de preservação para criação do Museu Maria Martins.

Dados os fatos citados acima, não é recomendada a demolição do bem. A preservação e recuperação do imóvel são necessárias para a preservação da memória da cidade de Campanha. Os acréscimos poderão ser demolidos, entretanto sugere-se que a edificação principal seja mantida e restaurada, resgatando suas características originais. Internamente, devido a grande descaracterização já ocorrida para utilização do imóvel como estabelecimento comercial, poderão ocorrer maiores intervenções, adequadas ao novo uso.

Deverá ser elaborado projeto de restauração por profissional habilitado conforme Deliberação Normativa nº 83/08 do Confea que deverá ser aprovado pelo órgão de preservação competente.

O município deverá oferecer contrapartidas ao proprietário pela preservação do bem, como isenção de impostos municipais ou alteração da legislação urbanística; ou até mesmo desapropriá-lo para instalar no local o Museu Maria Martins¹³, conforme previsto na ficha de inventário. A esse respeito, a Carta de Atenas¹⁴ prevê:

(...) A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico (...)”.

Todos os materiais originais passíveis de aproveitamento devem ser reutilizados. Nas intervenções devem ser respeitadas as recomendações da Carta de Atenas, onde é sugerido que nas intervenções em bens de valor histórico e arquitetônico, devem ser utilizados materiais e técnicas modernas sem alterar o aspecto e o caráter do edifício, “marcando a época” em que as intervenções foram realizadas.

Deverá ser elaborado o Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Praça Dom Ferrão, seguindo a metodologia proposta pelo Iepha para que o bem possa fazer jus à pontuação referente ao ICMS Cultural. Deverão ser definidos os perímetros de tombamento e entorno, traçando diretrizes para estas áreas, buscando preservar as características originais ainda presentes na área.

7 - ENCERRAMENTO:

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2012.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – Arquiteta Urbanista – MAMP 3951

¹³ Há no município iniciativa parecida, que é o Museu Casa de Vital Brasil.

¹⁴A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.